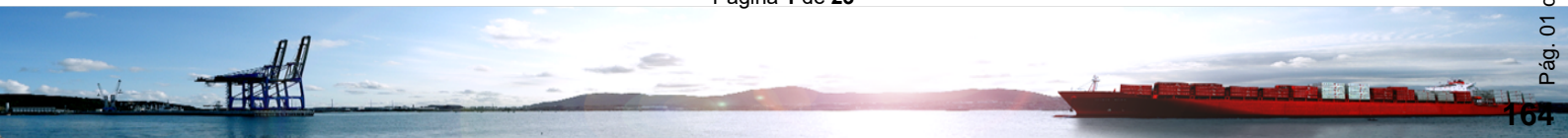


Balanco Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	30.06.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	233.826	220.629
Contas a Receber	5	4.217	1.964
Despesas Antecipadas	6	621	685
Estoques	7	1.957	1.774
Outros Créditos		298	3
Total dos Ativos Circulantes		240.919	225.055
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		19.310	26.158
Depósitos Judiciais	8	713	702
Tributos a Recuperar	9	18.597	25.456
Ativo Intangível	10	63.566	57.365
Total dos Ativos Não Circulantes		82.876	83.523
TOTAL DOS ATIVOS		323.795	308.578
PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores	11	1.652	1.388
Obrigações Tributárias	12	2.307	2.123
Obrigações Trabalhistas	13	5.240	4.391
Dividendos Propostos	14	48.209	48.209
Outras Obrigações	15	750	654
Total do Passivo Circulante		58.158	56.765
Não Circulante			
Provisão para Contingências	16	943	3.507
Total do Passivo Não Circulante		943	3.507
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	124.153	97.429
Reserva de Lucros		140.541	150.877
Reserva Legal	18	3.510	3.510
Retenção de Lucros	19	120.643	124.434
Lucro a disposição da AGO		16.388	22.933
Total do Patrimônio Líquido		264.694	248.306
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LIQUIDO		323.795	308.578

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Receita Operacional Líquida	20	51.912	53.347	27.147	31.113
Receita Líquida de Serviços	20	44.240	43.237	23.164	23.898
Receita de Construção	20	7.672	10.110	3.983	7.215
Custo dos Serviços Prestados		(34.171)	(29.130)	(19.199)	(17.709)
Custo dos Serviços Portuários	21	(18.343)	(12.287)	(10.773)	(6.813)
Custo com Mão de Obra Direta	22	(6.632)	(5.550)	(3.675)	(3.046)
Amortizações	23	(1.524)	(1.183)	(768)	(635)
Custo de Construção	24	(7.672)	(10.110)	(3.983)	(7.215)
Lucro Bruto		17.741	24.217	7.948	13.404
Despesas		(13.838)	(21.636)	(7.950)	(16.564)
Despesas com Pessoal	25	(9.140)	(7.490)	(5.226)	(3.867)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(3.219)	(2.634)	(1.929)	(1.214)
Outras Despesas e Receitas	27	(1.479)	(11.512)	(795)	(11.483)
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		3.903	2.581	(2)	(3.160)
Resultado Financeiro		13.808	10.285	7.391	5.145
Receitas Financeiras	28	13.818	10.299	7.396	5.151
Despesas Financeiras		(10)	(14)	(5)	(6)
Resultado Antes dos Tributos		17.711	12.866	7.389	1.985
Tributos Sobre o Lucro	29	(1.323)	(1.079)	(678)	(148)
Contribuição Social		(1.323)	(1.079)	(678)	(148)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.388	11.787	6.711	1.837
Lucro Líquido por Ação (Em Reais)		R\$ 0,13	R\$ 0,12	R\$ 0,05	R\$ 0,02

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros a Disposição da AGO			
Saldo em 31.12.2023	97.429	1.901	97.489	26.945	-	-	223.764
Destinação para Reservas	-	-	26.945	(26.945)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	11.787	-	11.787
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	11.787	(11.787)	-	-
Saldo em 30.06.2024	97.429	1.901	124.434	11.787	-	-	235.551
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	20.399	-	20.399
Constituição de Reserva Legal	-	1.609	-	-	(1.609)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(7.644)	-	(7.644)
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	11.146	(11.146)	-	-
Saldo em 31.12.2024	97.429	3.510	124.434	22.933	-	-	248.306
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	16.388	-	16.388
Aumento de Capital Social	26.274	-	(3.791)	(22.933)	-	-	-
Lucros a disposição da AGO	-	-	-	16.388	(16.388)	-	-
Saldo em 30.06.2025	124.153	3.510	120.643	16.388	-	-	264.694

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	6M2025	6M2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	17.711	12.866
Amortizações do Ativo Intangível	1.471	1.184
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(2.253)	(1)
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	64	(240)
(Aumento)/Redução em Estoques	(182)	(152)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(296)	(68)
(Aumento)/Redução em Realizável a LP	6.848	6.378
Aumento/(Redução) em Fornecedores	265	1.348
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	184	(572)
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	849	257
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	95	5.498
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	(2.564)	(1)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(1.323)	(1.079)
Fluxo de Caixa Gerado	20.869	25.418
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(7.672)	(10.110)
Fluxo de Caixa Aplicado	(7.672)	(10.110)
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	13.197	15.308
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	220.629	186.412
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	233.826	201.720

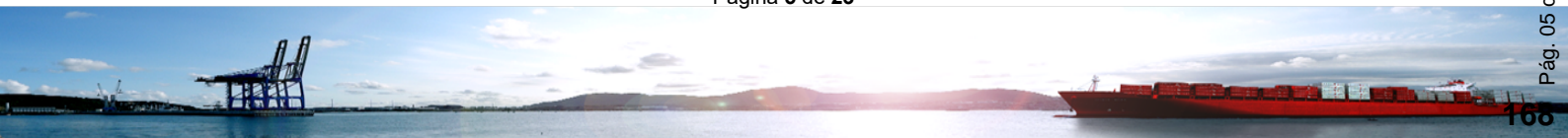
As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	6M2025	6M2024
Receita Gerada	59.264	60.531
Receita de Serviços Prestados	51.592	50.421
Receita de Construção	7.672	10.110
Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	(32.546)	(37.779)
Serviços de Terceiros	(13.946)	(9.780)
Energia Elétrica Consumida	(721)	(722)
Outros Insumos	(10.207)	(17.167)
Custo de Construção	(7.672)	(10.110)
Valor Adicionado Bruto	26.718	22.752
Depreciação e Amortização	(1.524)	(1.183)
Valor Adicionado Líquido	25.194	21.569
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	13.818	10.299
Valor Adicionado a Distribuir	39.012	31.868
Pessoal e Encargos	15.771	13.040
Remuneração Direta	12.140	10.259
Fundo de Garantia	691	587
Benefícios	2.940	2.194
Impostos, Taxas e Contribuições	6.843	7.027
Federais	4.263	4.506
Municipais	2.580	2.521
Remuneração de Capitais de Terceiros	10	14
Despesas Financeiras	10	14
Remuneração do Capital Próprio	16.388	11.787
Lucros Retidos para os Acionistas	4.097	2.947
Lucros Retidos em Reservas	12.291	8.840

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente Demonstração é apresentada nos termos do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 07 de outubro de 2025.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

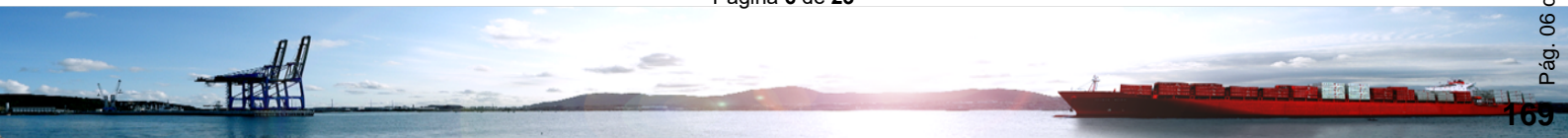
2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do *ICPC 01 – Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais receitas originadas de contratos de arrendamento e tarifas de natureza pública. As tarifas públicas são aquelas previstas na Tabela de Tarifas do Porto de Imbituba, aprovadas pelo Acórdão n. 435/2022 ANTAQ, sendo assim compreendidas: Tabela I (Infraestrutura de Acesso Aquaviário), remunerado pelo porte dos navios atracados no Porto, aferido pela tonelagem porte bruto da embarcação; Tabela II (Instalações de Acostagem), remunerado pela dimensão da embarcação e tempo de permanência atracado; Tabela III (Infraestrutura Operacional ou Terrestre), remunerado pela quantidade em toneladas de carga movimentada; Tabela V (Utilização de Infraestrutura de Armazenagem), remunerado pelo tempo de estadia de cargas nos armazéns públicos; Tabela VII (Diversos Padronizados), o qual compreende a utilização de serviços e insumos fornecidos pela Autoridade Portuária; Tabela VIII (Uso Temporário e Arrendamento Simplificado), e Tabela IX (Complementares). Já as receitas decorrentes de contratos de arrendamento compreendem: Outorga Fixa: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado de área

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

disponibilizada; f) Receita Operacional de Arrendamentos: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres movimentados; g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”.

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Tributos

A provisão para contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis. A provisão para contribuição é aplicada a alíquota de 9% (nove por cento). Quanto ao Imposto de Renda - IRPJ, não há valores devidos pela companhia em face da decisão judicial em 19 de outubro de 2022 na ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca da companhia, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.8 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representada pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI. Os valores estão representados a seguir:

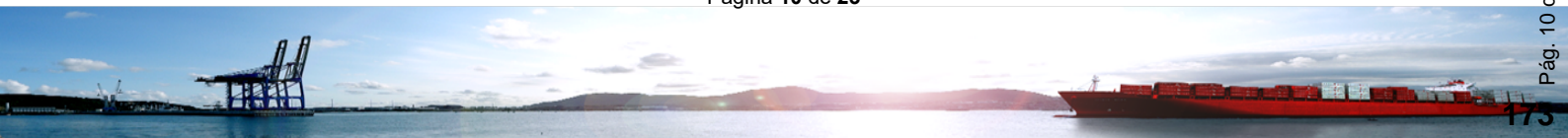
	30/06/2025	31/12/2024
Bens Numerários disponível em Caixa	5	1
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	233.821	220.628
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	233.826	220.629

5. Contas a receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observados ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.8.

	30/06/2025	31/12/2024
A vencer em até 30 dias	4.217	1.964
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	233.408	202.859
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(233.408)	(202.859)
Total	4.217	1.964

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



a) A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito em seu pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 junto a 1º Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento.

6. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas representam valores decorrentes de seguros a apropriar e compensação ambiental a apropriar.

	30/06/2025	31/12/2024
Seguros a Apropriar	1	161
Compensação Ambiental a Realizar	620	524
Total	621	685

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

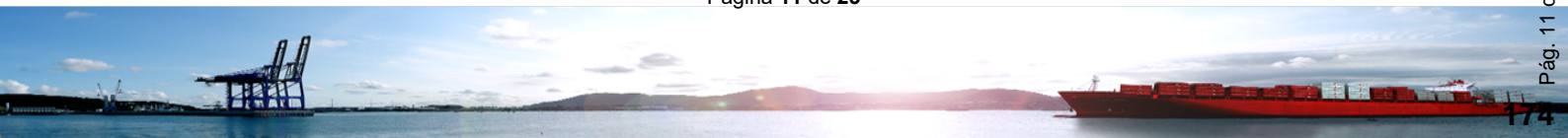
	30/06/2025	31/12/2024
Material de Expediente	44	54
Material de Limpeza	39	65
Material de Manutenção Civil	491	441
Material de Manutenção Elétrica	806	858
Material de Manutenção Tecnológica	408	238
Material de Saúde e ST	169	118
Total	1.957	1.774

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária, conforme assim detalhado:

	30/06/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais Antaq	131	130
Depósitos Judiciais Trabalhistas	174	492
Depósitos Judiciais Tributários	120	80
Depósitos Recursais	288	-
Total	713	702

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



9. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representam os valores decorrentes de imposto de renda pago indevidamente pela Companhia e devidamente habilitados junto à Receita Federal do Brasil, em virtude do trânsito em julgado da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 19 de outubro de 2022, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo o período de dezembro/2012 a março/2018. Os valores estão sendo compensados por tributos de natureza federal, nos termos da legislação vigente.

	30/06/2025	31/12/2024
Montante principal IRPJ a Recuperar 12/2012 a 03/2018	10.314	14.626
Atualização SELIC sobre IRPJ a Recuperar	8.283	10.830
Total	18.597	25.456

10. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é assim representado:

	Ativo Intangível Líquido			
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.271	(1.202)	2.069	5 %
Infraestrutura de Acostagem	7.059	(2.553)	4.506	5 %
Infraestrutura Terrestre	11.230	(4.215)	7.015	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.573	(1.062)	1.511	5 %
Equipamentos Portuários	5.712	(1.155)	4.557	5 %
Administração	22.928	(4.297)	18.631	5 %
Obras em Andamento	25.235	-	25.235	-
Outros Ativos Intangíveis	88	(46)	42	15 %
Total	78.096	(14.530)	63.566	6,3%

O quadro a seguir demonstra as mutações ocorridas no ativo intangível no curso do ano corrente:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	Ativo Intangível			Saldo 2025
	Saldo 2024	Adições	Alienações	
Infraestrutura Marítima	3.271	-	-	3.271
Infraestrutura de Acostagem	7.059	-	-	7.059
Infraestrutura Terrestre	11.230	-	-	11.230
Infraestrutura Armazenagem	2.573	-	-	2.573
Equipamentos Portuários	5.643	69	-	5.712
Administração	20.229	2.699	-	22.928
Obras em Andamento	20.278	4.957	-	25.235
Outros Ativos Intangíveis	141	-	53	88
Total	70.424	7.725	53	78.096

11. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes por parte da Companhia.

12. Obrigações Tributárias

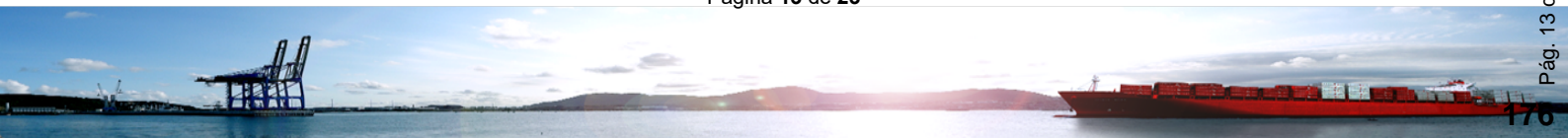
Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto sobre Serviço	383	287
PIS e COFINS	615	356
Contribuição Social	678	1.022
Tributos Retidos	631	458
Total	2.307	2.123

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações com Pessoal	1.699	1.591
Obrigações Previdenciárias	610	591
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	2.931	2.209
Total	5.240	4.391

14. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A. a serem pagos após o encerramento destas demonstrações financeiras:

	30/06/2025	31/12/2024
Dividendos devidos no início do exercício social	48.209	40.565
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	-	7.644
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	-	-
Saldo no Final do Exercício	48.209	48.209

15. Outras Obrigações

Representa outras obrigações assumidas pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes das atividades naturais de seu negócio, compreendendo obrigações de garantias contratuais recebidas de fornecedores e obrigações de pagamento futuro a Órgãos Ambientais, oriundos de formalização de acordos para compensação ambiental de obras realizadas pela Autoridade Portuária.

	30/06/2025	31/12/2024
Compensação Ambiental a Repassar	620	524
Garantias Contratuais	130	130
Total	750	654

16. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como de perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro abaixo:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	30/06/2025	31/12/2024
Ação Federal 5079004-49.2024.8.24.0023	288	3.000
Ação Federal 5008554.59.2021.4.04.7207	80	80
Ação Trabalhista 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista 0001308-20.2019.5.12.0043	-	358
Ação Trabalhista 0000118-51.2021.5.12.0043	61	61
Ação Trabalhista 0000450-76.2025.5.12.0043	93	-
Ação Trabalhista 0000427-76.2025.5.12.0043	413	-
Total	943	3.507

17. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976. Em 30 de abril de 2025, em Assembléia Geral Extraordinária, ficou deliberado pelo aumento do capital social da Companhia, mediante incorporação do saldo contido em Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei Federal 6.404 de 1976 e Acórdão ANTAQ n. 373-2022 ao valor total de R\$ 124.153.110,20 (cento e vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e dez reais e vinte centavos). O detalhamento do Capital Social é apresentado no quadro a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024
Capital Social por Subscrição dos Acionistas	50	50
Capital Social por Incorporação de Reserva de Lucros	124.103	97.379
Total	124.153	97.429

18. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal, correspondente a 20% do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

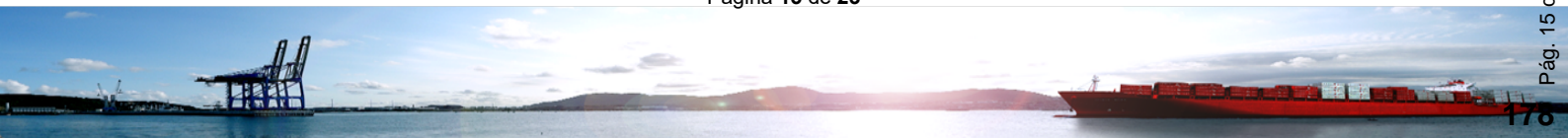
19. Retenção de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

20. Receita Operacional Líquida

Nos termos do Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, alterado pela redação do Decreto Lei 1.598 de 1977, apresenta-se o detalhamento da Receita Líquida da Companhia:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	51.592	52.472	27.013	29.188
Receita Bruta de Construção [b]	7.672	10.110	3.983	7.215
(-) Desconto e Premiações [c]	-	(2.050)	-	(1.318)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [d]	(7.352)	(7.185)	(3.849)	(3.972)
Receita Líquida	51.912	53.347	27.147	31.113

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Tabela I – Infraestrutura de Acesso Aquaviário	10.389	9.069	5.134	5.566
Tabela II – Infraestrutura de Acostagem	5.681	7.072	2.950	3.527
Tabela III - Infraestrutura Operacional e Terrestre	9.255	12.496	4.769	6.061
Tabela V - Infraestrutura de Armazenagem	220	331	115	141
Tabela VII - Diversos Padronizados	1.556	1.887	819	843
Tabela IX - Complementares	983	286	471	145
Arrendamento Fixo	5.750	5.506	2.921	2.787
Arrendamento Variável	16.076	14.197	8.152	8.490
Arrendamento Contratual Mínimo	1.682	1.628	1.682	1.628
Receita Bruta	51.592	52.472	27.013	29.188

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] Os valores representam os descontos e premiações concedidas nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente na Tabela I – Infraestrutura de Acesso Aquaviário.

[d] Representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas dos serviços portuários prestados, compreendendo a COFINS na ordem de 7,6 %, PIS em 1,65% e o ISS em 3,00 %.

21. Custos dos Serviços Portuários

Em relação aos valores registrados em custos dos serviços prestados, destaca-se que, no exercício de 2025, houve um aumento significativo decorrente principalmente de uma maior utilização dos serviços de dragagem (+73%), em razão da necessidade de aprofundamento do canal de acesso. Além disso, ocorreu a ampliação do escopo de alguns contratos de serviços de terceiros (como serviços de apoio operacional (+114%), transporte ao cais (+161%), segurança portuária (+15%) e operação de CFTV(+114%)), necessários para o pleno atendimento das demandas administrativas e operacionais do Porto de Imbituba, bem como incremento nas manutenções das vias de acesso (+187%) e das estruturas civis (+376%). A

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

seguir, apresenta-se o resumo dos principais custos relacionados à prestação dos serviços portuários da Companhia:

	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Consumo de Energia Elétrica	721	722	391	377
Custos com Serviços Ambientais	233	1.438	178	709
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	5.923	3.552	3.784	1.767
Custos com Serviços de Limpeza Portuária	1.077	1.014	560	507
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	393	704	-	329
Custos com Serviços de Segurança Portuária	2.498	2.022	1.300	1.040
Custos com Serviços de Terceiros	3.821	1.050	2.114	720
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	2.198	766	2.048	704
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	1.955	961	819	664
Custos com Manutenção em Geral	726	682	331	361
Outros Custos	629	612	303	307
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(1.831)	(1.236)	(1.055)	(672)
Total de Custos dos Serviços Portuários	18.343	12.287	10.773	6.813

22. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Salários e Ordenados	3.500	2.682	1.919	1.579
Encargos Sociais	1.497	1.288	869	659
Provisões de 13º Salário e Férias	655	652	360	336
Benefícios	980	928	527	472
Total de Custo com Mão de Obra Direta	6.632	5.550	3.675	3.046

23. Amortizações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia, considerando a parcela apropriada no exercício corrente:

	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Amortização Infraestrutura Marítima	83	83	42	42
Amortização Infraestrutura Acostagem	180	180	90	90
Amortização Infraestrutura Terrestre	281	270	140	138
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	61	61	30	30
Amortização Equipamentos Portuários	181	178	91	89
Amortização de Outros Ativos	738	411	375	246

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Total de Amortizações	1.524	1.183	768	635
------------------------------	--------------	--------------	------------	------------

24. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

25. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual incluí os empregados alocados em setores de administração da Companhia, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Salários e Ordenados	3.817	3.155	2.085	1.593
Remuneração da Administração	978	1.017	509	542
Encargos Sociais	1.683	1.400	908	776
Provisões de 13º Salário e Férias	702	653	371	338
Benefícios	1.960	1.265	1.353	618
Total de Despesas com Pessoal	9.140	7.490	5.226	3.867

26. Despesas Gerais e Administrativas

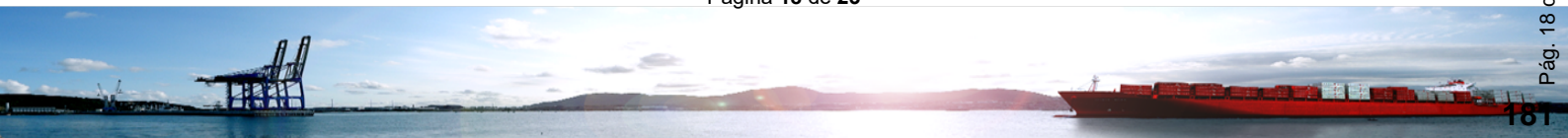
O resumo das principais despesas de caráter administrativo da Companhia, estão apresentados a seguir:

	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Serviços de Terceiros	1.929	1.404	1.070	764
Consumo de Materiais	629	380	401	202
Publicações e Propagandas	441	320	384	200
Outras Despesas	220	530	74	48
Total de Despesas Gerais e Administrativas	3.219	2.634	1.929	1.214

27. Outras Despesas e Receitas

Dos valores registrados no exercício de 2024, a quantia de maior expressão refere-se à formalização de acordo conciliatório junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, referente a discussão judicial existente no processo 0000898-69.2013.5.12.0043, no qual a Companhia desembolsou o equivalente a R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais) pelo acordo realizado, além de formular desistência dos recursos extraordinários protocolizados nos autos do processo TJSC n. 0009785-15.2016.8.24.0023 que versa sobre a discussão da titularidade de valores depositados judicialmente pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Ações e Acordos Trabalhistas	-	11.500	-	11.500
Provisão Contingências de Natureza Trabalhista	506	91	506	62
Provisão Contingências de Natureza Cível	288	-	-	-
Honorários Sucumbenciais	884	-	333	-
Outras Receitas	(71)	(78)	(44)	(78)
Reversão de Provisões de Contingências	(128)	(1)	-	(1)
Total de Outras Despesas e Receitas	1.479	11.512	795	11.483

28. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme quadro abaixo:

	6M2025	6M2024	2T2025	2T2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.714	9.723	7.385	4.896
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(674)	(502)	(360)	(251)
Juros e Multas recebidas	34	15	10	13
Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-
Atualização de Tributos a Recuperar	744	1.063	361	493
Total de Receitas Financeiras	13.818	10.299	7.396	5.151

29. Tributos Sobre o Lucro

A companhia goza de imunidade tributária do imposto de renda, conforme trânsito em julgado em 19 de outubro de 2022 da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998. Desta forma, os valores devidos correspondem a Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSLL, apurado pela sistemática do Lucro Real.

	2025	2024
Resultado antes dos Tributos	17.711	12.866
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	1.089	244
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis	(4.101)	(1.126)
(=) Base de Cálculo da CSLL	14.699	11.984
CSLL a alíquota de 9%	1.323	1.079

[a] Do valor das exclusões de receitas não tributáveis, a parcela de maior relevância correspondente a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) corresponde aos honorários de sucumbência inerentes ao trânsito em

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

julgado do processo 5079004-49.2024.8.24.0023, os quais foram reconhecidos no resultado da Companhia em exercícios anteriores sem a devida dedutibilidade de tais quantias na apuração da contribuição social. Compreende ainda, a correção de valores de indébito tributário, através da taxa selic, sem a incidência de Contribuição Social, conforme entendimento exposto pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 962).

30. Gestão de Riscos Financeiros

30.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamentam as decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

30.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

30.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

31. Passivos Contingentes

31.1 Contingências de Natureza Cível

A Companhia contém apenas um processo de natureza cível processo n. 5079004-49.2024.8.24.0023 considerado como de perda provável, em que trata da execução de honorários sucumbências referente a consignação em pagamento n. 0009785-15.2016.8.24.0023. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. foi condenada

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



ao pagamento integral dos honorários de sucumbência sobre o proveito econômico obtido pela Autora. A Companhia pugnou o cálculo apresentado e requereu a procedência do pedido. O valor da quantia controversa corresponde a R\$ 287.965,56 (duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

31.2 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em processos de natureza trabalhista, considerados de perda possível ou provável, sendo os principais assim destacados: a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável 1 (uma) ação trabalhista oferecida por ex-empregado, o qual requerer o pagamento de FGTS da época em que ocupou cargo de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 61.230,70 (sessenta e um mil, duzentos trinta reais e setenta centavos), o qual está descrito na nota explicativa n. 16, envolvendo o processo 0000118-51.2021.5.12.0043. b) Responsabilidade solidária da SCPAR Porto de Imbituba: A administração considera como de perda provável 2 (duas) ações trabalhistas, cujos valores estimados compõe o valor de R\$ 505.572,72 (quinhentos e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), oferecidas por empregados de empresas contratadas que pleiteiam a responsabilidade da SCPAR Porto de Imbituba pelas verbas trabalhistas não terem sido devidamente pagas. Contante nos processos n. 0000450-76.2025.5.12.0043 e 0000427-33.2025.5.12.0043.

31.3 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requereu a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade *take or pay* nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.

31.4 Suspensão de Cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TECON

A arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação em pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. está deixando de receber cerca de R\$ 45 (quarenta e cinco) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MM em contrato com cláusula “*take or pay*”. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. O deferimento de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios. Em 2025, os valores em discussão junto à arrendatária representavam a importância de R\$ 233.407.523,01 (duzentos e trinta e três milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e vinte e três reais e um centavo) em valores originais, relativos ao MMC apurado entre os exercícios de 2019 a 2025. Atualmente, o processo judicial n. 1025458-21.2020.4.01.3400 encontra-se suspenso, tendo em vista a existência de tratativas entre as partes para que as partes avancem em eventual solução consensual a lide.

32. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Com base na resolução, as autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

33. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto, o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

34. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

35. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora Allseg Seguradora S.A., cuja vigência compreende o período de 03 de julho de 2025 a 03 de julho de 2026, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquia de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R\$ 13.000.000,00 (Treze milhões de reais) com valor em risco total da apólice de R\$ 550.343.801,70 (Quinhentos e cinquenta milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e um reais e setenta centavos), nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 1001700000002.

36. Eventos Subsequentes

No dia 15 de agosto de 2025 foi celebrado o Convênio de Delegação nº 01/2025, entre a União, por intermédio do Ministério de Portos e Aeroportos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, o Estado de Santa Catarina e a SCPAR Porto de Imbituba S.A., delegando ao Estado a administração e exploração dos Portos Organizados de Imbituba e de Laguna. Dentre os principais pontos do novo Convênio de Delegação está a ampliação do prazo de delegação até o dia 15 de agosto de 2050 e a delegação da administração e exploração do Porto de Laguna. Considerando para efeitos de julgamento de eventos subsequentes, a data de 07 de outubro de 2025.

<p>Christiano Lopes de Oliveira Diretor-Presidente CPF: 023.339.759-03</p>	<p>Alexandre Pinter Diretor de Gestão e Finanças CPF: 031.652.849-89</p>
<p>Joelson Duarte Diretor de Planejamento e Assuntos Regulatórios CPF: 786.236.189-04</p>	<p>José João Tavares Diretor de Infraestrutura CPF: 215.989.409-53</p>
<p>Elivelton Luiz Doré Diretor de Operações e Negócios CPF: 079.533.439-75</p>	<p>Kelvin Medeiros Duhart Contador CRCSC: 47.674/O-0 CPF: 030.252.160-77</p>

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras





Assinaturas do documento



Código para verificação: **7659OCBJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **KELVIN MEDEIROS DUHART** (CPF: 030.XXX.160-XX) em 07/10/2025 às 16:22:10
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/02/2019 - 15:54:28 e válido até 25/02/2119 - 15:54:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALEXANDRE PINTER** (CPF: 031.XXX.849-XX) em 07/10/2025 às 16:34:37
Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 18:48:55 e válido até 27/02/2119 - 18:48:55.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOELSON DUARTE** (CPF: 786.XXX.189-XX) em 07/10/2025 às 16:35:47
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/05/2025 - 16:34:18 e válido até 23/05/2125 - 16:34:18.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOSÉ JOÃO TAVARES** (CPF: 215.XXX.409-XX) em 07/10/2025 às 17:08:43
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/08/2021 - 12:33:20 e válido até 10/08/2121 - 12:33:20.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA** (CPF: 023.XXX.759-XX) em 08/10/2025 às 08:30:29
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/02/2023 - 15:06:19 e válido até 10/02/2123 - 15:06:19.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ELIVELTON LUIZ DORÉ** (CPF: 079.XXX.439-XX) em 09/10/2025 às 15:45:33
Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQI8xMzc3MV8wMDAwMjk4OV8yOTg5XzlwMjVfNzY1OU9DQko=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00002989/2025** e o código **7659OCBJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.